mds Auto

CONSULTORES DE SEGUROS E RISCO

RELATÓRIO & CONTAS 2011

Be Insured.

Exmos. Senhores Accionistas,
No cumprimento das disposições legais e estatutárias,
submetemos à apreciação de V.Exas.
o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2011

1. A MDS Auto

Após a criação, em 2010, da joint-venture estratégica entre o Grupo MDS e o Grupo Salvador Caetano para a criação de um broker de seguros de referência para o sector automóvel em Portugal, 2011 marcou materialmente a actividade na perseguição desse objectivo.

Sem estar imune ao contexto – profundamente adverso – o ano de 2011 marca a maturação de processos e a adequação da estrutura para a procura da eficiência operacional. O ano fica sobretudo marcado por uma conduta corporativa resiliente, que permitiu a estabilização necessária que fundará ulteriores níveis de crescimento.

O objectivo estratégico da sociedade mantém-se, ainda assim, inalterado: dotar a MDS Auto das características e volume que lhe permitam ser considerado um dos *brokers* de referência no sector automóvel em Portugal.

2. Enquadramento Macroeconómico

2.1. Mundo

2011 foi marcado, a um nível global, por duas realidades distintas de crescimento.

As economias de crescimento – corporizadas nos BRIC's e com a adição de outros aparelhos económicos emergentes oriundos do continente asiático e da América Latina – mantiveram uma dinâmica positiva, embora sem os contornos de entusiasmo que haviam marcado as suas performance macro em especial nos anos de 2009 e 2010.

Por outro lado, a desaceleração de crescimento sentida, em especial nas economias mais avançadas – EUA, Japão, UE – demonstrou a parca solidez e consistência dos indicadores de retoma ligeiramente sentidos no final do ano de 2010. 2011 marcou, desta forma e nas economias mais desenvolvidas, a

continuação de um período de ajustamento às disparidades macroeconómicas acumuladas e solidificadas no período anterior ao eclodir da crise financeira. A continuidade do reajustamento económico foi particularmente forte no espaço económico europeu, marcada por uma pesadíssima crise da dívida soberana que, associada à forte aversão ao risco, fez aumentar de forma muito significativa os custos de financiamento, causando uma relativa paralisação da actividade económica.

2.2. Portugal

A economia Portuguesa ficou, em 2011, indissociavelmente associada ao pedido de assistência financeira à UE e FMI, efectuado em Abril. Num contexto de crise Europeia, a pouca competitividade e relativa fragilidade estrutural dos pilares da economia portuguesa foram causas incontornáveis para a necessidade de obtenção de ajuda externa. Com o pedido de ajuda externa foram fortemente reorientados aspectos nucleares de políticas macroeconómicas, orientadas agora ainda mais vincadamente para as correções de desequilíbrios e consolidação orçamental, sustentabilidade das finanças públicas e a desalavancagem do sector privado (sector financeiro incluído). A entrada em recessão da economia nacional em 2011 (-1,5%) deverá ter ainda os seus impactos e continuidade em 2012/2013, sendo o corolário dos ajustamentos incontornáveis das variáveis da procura interna: diminuição da despesa pública (devida à orientação da política orçamental e adopção de uma política restritiva), diminuição do investimento e procura privada (fundada no mais difícil acesso a crédito, aumento da fiscalidade, aumento material da taxa de desemprego, deterioração das expectativas dos consumidores e redução do poder de compra agregado das famílias).

De referir, por último, que a redução de consumo privado afectou mormente os bens duradouros, com especial incidência no sector automóvel, dada a sua volatilidade à alteração das expectativas dos consumidores e a quase inevitável necessidade de financiamento associada à sua aquisição.

A procura externa líquida constituiu o motor de crescimento económico, reflectindo o aumento significativo das exportações e a queda das importações resultante da diminuição da procura interna.

3. Evolução do Mercado Segurador

A produção de seguro directo, de acordo com a APS, teve uma forte contração no mercado nacional durante 2011, com uma quebra de 28,6% face a 2010 (menos 4,7 mil milhões de Euros de prémios), para um valor de 11,7 mil milhões de Euros de prémios e entregas. A fortíssima quebra verificada na performance do sector foi sobretudo influenciada por vectores específicos, que afectam uma comparação *like for like* com o sector em anos anteriores e incorpora duas realidades distintas:

a) O Ramo Vida, dominado pelo canal bancário e produtos financeiros, teve um decréscimo de 38% face a 2010 dadas as circunstâncias que afectaram com especial incidência a comercialização de produtos financeiros, em particular relações de *bancassurance* e que foram o motor de crescimento em anos anteriores.

As necessidades de financiamento adicional do sector bancário, fruto do contexto de crise, prejudicaram a comercialização de produtos de seguros, levando as instituições financeiras a privilegiar a comercialização de produtos geradores de poupança para si, como os depósitos a prazo. Este factor aliado à quebra do rendimento disponível e alterações dos incentivos fiscais nos PPR suportam a retracção do Ramo Vida.

b) O Ramo Não Vida, de actuação tradicional dos corretores, caracterizou-se por um decréscimo marginal do volume de prémios (-0,9%), sobretudo nos produtos indexados a variáveis afectadas pelas componentes macroeconómicas.

De destacar, pela evolução favorável o segmento Doença (1,5%) e pelo desempenho desfavorável, o segmento de Acidentes de Trabalho (-3,7%), influenciado pela contracção da massa salarial e redução do emprego e o segmento automóvel (-0,8%), influenciado pela quebra de vendas de veículos novos e pela diminuição do valor médio de prémio.

4. Desempenho Operacional

A MDS Auto apresentou em 2011 uma carteira diversificada entre o segmento auto e o segmento não auto, mas cuja exposição ao sector automóvel continua a ser cada vez mais elevada, fruto do objectivo estratégico definido para a empresa.

Num contexto económico altamente desfavorável, agudizado por uma forte crise no sector automóvel, a MDS Auto atingiu um volume de negócios de 1,7 milhões de Euros, representado um ligeiro decréscimo face a 2010 (2,2%).

O EBITDAP ascendeu a 309 mil euros, tendo a margem EBITDAP aumentado de 12,2% para 18,1% em 2011. A ausência de eventos não recorrentes bem como a implementação de um conjunto de políticas para maximização da eficiência operacional estão na base desta melhoria.

A MDS Auto manteve a evolução positiva a nível do seu fluxo de caixa operacional, tendo o mesmo aumentado 26% face a 2010. Tal situação permitiu a evolução positiva dos resultados financeiros e o reforço da estrutura financeira da MDS Auto.

Como resumo, apresentam-se de seguida os principais indicadores da empresa:

valores em euros	2011		2010	
Volume de Negócios	1.710.580	100,0%	1.748.168	100,0%
Custos operacionais	1.401.486	81,9%	1.535.195	87,8%
FSE's	794.972	46,5%	579.859	33,2%
Custos com pessoal	564.050	33,0%	890.218	50,9%
Indemnizações	-	0,0%	113.096	6,5%
Outros (proveitos)/custos operacionais	42.464	2,5%	65.118	3,7%
EBITDAP	**309.094**	**18,1%**	**212.973**	**12,2%**
Amortizações e Provisões	39.229	2,3%	70.953	4,1%
Amortizações	39.229	2,3%	53.516	3,1%
Provisões	-	0,0%	17.437	1,0%
Resultados Financeiros	7.806	0,5%	(1.074)	-0,1%
Imposto sobre o rendimento	77.212	4,5%	83.913	4,8%
Resultado Líquido	**200.459**	**11,7%**	**57.033**	**3,3%**
Fluxo de caixa operacional	**464.053**		**367.862**	
Autonomia Financeira	67%		67%	

5. Política de gestão de risco

A política da MDS Auto, em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura insere-se na política integrada de gestão de risco do Grupo MDS definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A.

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício de 2011, a MDS Auto obteve um resultado líquido de 200.458,85 euros (duzentos mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos), o qual propõe que seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados:	134.525,89
- Outras reservas:	65.932,96

	200.458,85
	========

7. Perspectivas 2012

Apesar da grande incerteza associada ao enquadramento macroeconómico nacional e internacional e, em particular, ao sector automóvel, o qual afecta directamente a actividade da empresa, a empresa mantêm os seus objectivos estratégicos intactos. Assim, o principal objectivo em 2012 é a manutenção e reforço como centro de excelência na concepção, desenvolvimento e dinamização de soluções de seguros associados à venda automóvel. Estar na vanguarda da criação de soluções inovadoras e geradoras de valor, que clientes e parceiros reconheçam, aumentando desta forma a notoriedade da marca MDS Auto e afirmando-se como referência do mercado para o segmento automóvel é outro dos objectivos.

8. Considerações Finais

Uma palavra de apreço e consideração para todos aqueles que têm contribuído para o progresso da MDS Auto, em especial, aos clientes, que nos convidam a inovar e a criar um serviço cada vez mais adequado ao mercado permitindo assim o crescimento e o reconhecimento desejado, aos colaboradores pelo seu empenho pessoal e profissional, aos accionistas pela confiança assente neste projecto e à Assembleia Geral e ao Fiscal único pela disponibilidade sempre demonstrada e a todos aqueles que das mais diversas formas se relacionaram e contribuíram para o progresso da MDS Auto.

Relatório de Gestão

Porto, 31 de Maio de 2012

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)

(José Reis da Silva Ramos)

(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)

(Miguel Pedro Caetano Ramos)

(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 1º – 4100-130 Porto

Capital Social 500.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia sob o número único de matrícula e identificação 500 336 792

Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2011

DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da Empresa, que nenhum deles, possui acções ou obrigações emitidas pela sociedade.

Nos termos e para os efeitos do art. 448º. do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face às comunicações dos accionistas abaixo relacionados, que:

- a MDS SGPS, S.A. possui 250.050 acções, representativas de 50,01% do capital social;
- a Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. possui 249.950 acções, representativas de 49,99% do capital social.

O Conselho de Administração,

(Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)

(José Reis Silva Ramos)

(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)

(Miguel Pedro Caetano Ramos)

(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	1.074.096	1.149.130
Total de activos não correntes		1.074.096	1.149.130
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	6	157.051	232.121
Estado e outros entes públicos	12	103	36.260
Outras dívidas de terceiros	7	213.354	275.318
Diferimentos	8	1.357	6.623
Caixa e equivalentes de caixa	4	980.915	453.485
Total de activos correntes		1.352.780	1.003.807
TOTAL DO ACTIVO		2.426.876	2.152.937
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		500.000	500.000
Reservas Legais		128.484	128.484
Outras Reservas		667.558	667.558
Resultado transitados		(134.526)	(170.759)
Excedentes de revalorização		263.098	263.098
Resultado líquido do exercício		200.459	57.033
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	9	1.625.073	1.445.414
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	10	10.173	8.003
Total de passivos não correntes		10.173	8.003
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	11	348.816	146.178
Estado e outros entes públicos	12	55.459	106.758
Outras Dívidas a Terceiros	13	369.918	429.147
Provisões	19	17.437	17.437
Total de passivos correntes		791.630	699.520
TOTAL DO PASSIVO		801.803	707.523
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.426.876	2.152.937

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas — O Conselho de Administração

Maria Lurdes Matos

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Vendas e prestações de serviços	16	1.710.580	1.748.168
Fornecimentos e serviços externos	17 e 24	(794.972)	(579.859)
Gastos com o pessoal	18	(564.050)	(890.218)
Provisões	19	-	(17.437)
Outros rendimentos e ganhos	20	8.288	12.574
Outros gastos e perdas	21	(50.752)	(77.692)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		309.094	195.536
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(39.229)	(53.516)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		269.865	142.020
Juros e rendimentos similares obtidos	22	8.770	462
Juros e gastos similares suportados	22	(964)	(1.536)
Resultado antes de impostos		277.671	140.946
Imposto sobre o rendimento do exercício	23	(77.212)	(83.913)
Resultado líquido do exercício		200.459	57.033
Resultados por acção básico		0,40	0,11

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Maria Lucrécia Matos

O Conselho de Administração

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2010		500.000	-	128.484	667.558	(119.759)	263.098	106.451	1.545.832
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	(51.000)	-	-	(51.000)
	2	-	-	-	-	(51.000)	-	-	(51.000)
Resultado líquido do exercício	3							57.033	57.033
Resultado integral	4=2+3								6.033
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições		-	-	-	-	-	-	(106.451)	(106.451)
	5	-	-	-	-	-	-	(106.451)	(106.451)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1+2+3+5	500.000	-	128.484	667.558	(170.759)	263.098	57.033	1.445.414

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	1	500.000	-	128.484	667.558	(170.759)	263.098	57.033	1.445.414
Alterações no período									
Aplicação do resultado líquido do exercício						57.033		(57.033)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	(20.800)	-	-	(20.800)
	2	-	-	-	-	36.233	-	(57.033)	(20.800)
Resultado líquido do exercício	3							200.459	200.459
Resultado integral	4=2+3								179.659
Operações com detentores de capital no período	5	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1+2+3+5	500.000	-	128.484	667.558	(134.526)	263.098	200.459	1.625.073

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.687.041	1.804.545
Pagamentos a fornecedores		(496.300)	(530.668)
Pagamentos ao pessoal		(586.187)	(872.129)
Caixa gerada pelas operações		604.554	401.748
Pagamento / recebimento do immposto sobre o rendimento		(84.182)	(46.010)
Outros recebimentos / pagamentos		(56.319)	12.124
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		464.053	367.862
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(6.140)	(35.032)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		61.711	12.249
Juros e rendimentos similares		8.770	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		64.341	(22.783)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(964)	-
Dividendos		-	(106.451)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(964)	(106.451)
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		527.430	238.628
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		453.485	214.857
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	980.915	453.485

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Maria Lurdes Matos

O Conselho de Administração

MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS Auto – Mediação de Seguros, SA ("Empresa") é uma sociedade anónima, foi constituída em 1975, tem a sua sede na avenida da Boavista nº 1277/88, tendo por atividade principal mediação de seguros, designadamente na área automóvel.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 2011.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Principais políticas contabilísticas

3.2.1 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.2.2 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2.3 Imparidade de activos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do activo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflicta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do activo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.4 Instrumentos financeiros

3.2.4.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspective um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

3.2.4.2 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos da empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custo de custos suportados com a sua emissão.

3.2.4.3 Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

LMatos

3.2.4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes activos.

3.2.4.5 Activos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e actividade de corretagem

Os corretores de seguros actuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transacções efectuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou fees com as transacções, nenhum registo contabilístico é efectuado até ao efectivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor do cliente ou da empresa seguradora. Em determinadas circunstâncias, a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

3.2.4.6 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.5 Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.2.7 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a actividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respectivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efectuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efectivo recebimento pela Empresa do prémio, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respectiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.

Na rubrica do activo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

a) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;

b) Registo de imparidades ao valor do activo;

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela NCRF 4.

3.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 detalha-se conforme se segue:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Numerário	1.327	1.823
Depósitos bancários	979.588	451.662
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	980.915	453.485
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	980.915	453.485

Dos montantes acima referidos, aproximadamente, 560.000 euros correspondem a disponibilidades a entregar às seguradoras (152.000 euros em 31 de Dezembro de 2009). Face ao anteriormente exposto a Empresa espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da actividade operacional e das aplicações financeiras.

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o detalhe dos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

Activo bruto	Terrenos	Eifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2010	322.424	1.205.349	172.636	269.804	20.467	1.990.680
Aumentos	-	-	31.842	3.191	-	35.033
Diminuições	-	-	(25.450)	(249)	-	(25.699)
Transferências / abates	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2011	322.424	1.205.349	179.028	272.746	20.467	2.000.014
Aumentos	-	-	-	6.139	-	6.139
Diminuições	(7.467)	(22.402)	(31.842)	-	-	(61.711)
Transferências / abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2011	314.957	1.182.947	147.186	278.885	20.467	1.944.442
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2010	-	407.924	137.339	261.141	10.300	816.704
Aumentos	-	25.349	21.772	4.236	1.910	53.267
Diminuições	-	-	(19.087)	-	-	(19.087)
Transferências / abates	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2011	-	433.273	140.024	265.377	12.210	850.884
Aumentos	-	24.901	7.561	4.857	1.910	39.229
Diminuições	-	(11.806)	(7.961)	-	-	(19.767)
Transferências / abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final a 31 de Dezembro de 2011	-	446.368	139.624	270.234	14.120	870.346
Valor líquido						
A 31 de Dezembro de 2010	322.424	772.076	39.004	7.369	8.257	1.149.130
A 31 de Dezembro de 2011	314.957	736.579	7.562	8.651	6.347	1.074.096

REAVALIAÇÕES DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de ativos fixos tangível reavaliado a data de 31 Dezembro 2011 são como segue:

	Custo histórico	Reavaliação	Valor reavaliado
Terrenos	269.629	45.328	314.957
Eifícios e outras construções	633.216	95.971	729.187
	902.845	141.299	1.044.144

6 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, é o seguinte:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Clientes correntes	157.051	232.121
Clientes de cobrança duvidosa	4.768	4.768
	161.819	236.889
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 19)	(4.768)	(4.768)
	157.051	232.121

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da actividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS Auto, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS Auto entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Não vencido	-	-
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	485	-
30 - 90 dias	8.732	23.709
+ 90 dias	147.834	208.412
Total	157.051	232.121
Vencido com registo de imparidade		
+ 360 dias	4.768	4.768
Total	4.768	4.768
	161.819	236.889

7 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é o seguinte:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	5.049	45.995
Outros	22.424	33.424
Outros devedores		
Seguradoras (Nota 25)	76.362	116.041
Outros	109.519	79.858
	213.354	275.318

A 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Não vencido	27.473	79.419
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	75.772	75.686
30 - 90 dias	31.903	3.511
+ 90 dias	78.206	116.702
	213.354	275.318

8 DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica diferimentos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é o seguinte:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Valores devedores		
Seguros	1.357	1.645
Fornecimentos e serviços externos	-	4.978
	1.357	6.623

9 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 500.000 acções ordinárias ao portador com o valor nominal de 1 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o capital subscrito da sociedade era detido pelas seguintes entidades:

Entidade	2011	2010
MDS SGPS, S.A.	50,01%	50,00%
Salvador Caetano SGPS, S.A.	49,99%	50,00%

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

Matos

Reservas de reavaliação

A empresa procedeu à reavaliação dos seus activos tangíveis ao abrigo de legislação aplicável, nomeadamente:

-Decreto Lei nº 111/88, de 2 de Abril

-Decreto Lei nº49/91 de 25 de Janeiro

-Decreto Lei nº31/98 de 11 de Fevereiro

De acordo com a legislação vigente estas reservas não são distribuíveis aos accionistas.

As outras reservas correspondem a reservas livres criadas pela empresa.

Os resultados transitados correspondem a resultados negativos de exercícios anteriores.

10 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado nesta rubrica respeitava às reavaliações legais dos activos tangíveis da Empresa.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi como se segue:

	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2011	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2010
Saldo inicial	8.003	12.013
Efeito em resultados:		
Reavaliações de imobilizado tangível reintegrável	2.170	(4.010)
	2.170	(4.010)
Efeito em reservas:		
	-	-
Saldo final	10.173	8.003

11 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Fornecedores gerais	281.107	141.782
Seguradoras (Nota 25)	67.709	4.396
	348.816	146.178

Os montantes acima referidos respeitam exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da actividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

Cmatos

12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é o seguinte:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	-	36.260
Outros Impostos	103	-
	103	36.260
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	42.604	87.923
Retenções na fonte	3.964	6.373
Contribuições para a Segurança Social	8.891	12.462
	55.459	106.758

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2011 e 2010.

13 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Outros credores		
Clientes	3.600	87.478
Partes relacionadas	141.938	156.669
Outros	35.180	75.997
Credores por acréscimos de gastos		
Fornecimentos e serviços externos	129.644	33.039
Despesas com pessoal	59.556	75.964
	369.918	429.147

14 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Vencíveis em:		
renovável automáticamente	15.891	17.851
	15.891	17.851

Em 31 de Dezembro de 2011 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 76.848 euros (51.063 euros em 31 de Dezembro de 2010) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a viaturas e aluguer de equipamento informático.

15 ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2011, a MDS Auto tinha uma garantia prestada de 16.803 euros, relativa ao cumprimento das condições específicas de acesso à categoria de corretor de seguros em Portugal, a qual é mantida junto do Instituto de Seguros de Portugal.

16 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2011 e 2010 de acordo com a sua natureza pode ser apresentado como segue:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Comissões (Nota 25)	1.673.515	1.720.670
Outros	37.065	27.498
	1.710.580	1.748.168

Todas as comissões foram geradas no mercado nacional, enquanto os "Outros" provêm de mercados internacionais.

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Trabalhos especializados	590.759	364.783
Publicidade e propaganda	41.169	8.842
Vigilância e segurança	-	270
Comissões	8.694	21.596
Serviços bancários	1.514	3.922
Conservação e reparação	7.094	12.964
Ferramentas e utensílios	-	4
Material de escritório	5.498	7.674
Electricidade	5.446	5.715
Combustíveis	5.999	11.350
Água	1.056	880
Deslocações e estadas	4.095	3.337
Rendas e alugueres	76.848	54.645
Comunicação	36.830	60.131
Seguros	3.732	4.805
Contencioso e notariado	404	2.652
Limpeza higiene e conforto	5.173	13.285
Outros	661	3.004
	794.972	579.859

Os trabalhos especializados estão relacionados com serviços de apoio informático e assessoria à área de negócio da empresa.

18 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Remunerações	430.731	586.725
Encargos sobre remunerações	98.870	135.408
Seguros	8.747	8.388
Benefícios Pós Emprego	22.268	45.265
Gastos com acção social	2.352	330
Outros gastos com pessoal	1.082	114.102
	564.050	890.218

O número médio de funcionários, em 2011 foi de 17 colaboradores (20 colaboradores em 2010).

Em 2010, a rubrica "Outros gastos com pessoal" inclui 113.000 Euros, aproximadamente, de indemnizações pagas nesse exercício.

19 PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 foi o seguinte:

Rubricas	31.Dezembro.2010	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2011
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 6)	4.768	-	-	4.768
Provisões correntes	17.437	-	-	17.437
	22.205	-	-	22.205

Rubricas	01.Janeiro.2010	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2010
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 6)	4.768	-	-	4.768
Provisões correntes	-	17.437	-	17.437
	4.768	17.437	-	22.205

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	5.436	6.539
Outros	2.852	6.035
	8.288	12.574

21 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Impostos	44.269	36.072
Outros	6.483	41.620
	50.752	77.692

22 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Juros obtidos	8.751	210
Outros	19	252
	8.770	462

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Juros suportados		
Outros	(964)	(1.536)
	(964)	(1.536)

23 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 podem ser detalhados como segue:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Imposto corrente	75.042	87.923
Imposto diferido (Nota 10)	2.170	(4.010)
	77.212	83.913

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Resultado antes de impostos	277.670	140.946
Beneficios fiscais	(2.250)	-
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(2.370)	113
Constatação de diferenças entre amortizações economicas e fiscais decorrentes de reavaliações	1.338	1.423
Outros	3.642	-
	278.030	142.482
Taxa de imposto sobre o rendimento até 12.500 euros	12,50%	12,50%
Taxa de imposto sobre o rendimento	25,00%	25,00%
	67.945	34.058
Efeito constatação ou reversão de impostos diferidos	2.170	(4.010)
Derrama	4.173	2.135
Tributação autónoma	2.924	51.730
Imposto sobre o rendimento	77.212	83.913

Lucros

24 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Saldos

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Accionistas	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	92.288	137.055	325.654	269.720
	92.288	137.055	325.654	269.720

Transacções

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Outras partes relacionadas	-	-	647.154	452.498
	-	-	647.154	452.498

	Juros auferidos		Dividendos pagos	
	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Accionistas	-	-	-	106.451
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	-	-	-	-

	Aquisições imobilizado		Alienações imobilizado	
	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010	31.Dezembro.2011	31.Dezembro.2010
Outras partes relacionadas	-	32.751	-	-
	-	32.751	-	-

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, à Efanor Investimentos, SGPS, SA e ao Grupo Salvador Caetano Auto, SGPS, SA.

Os membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 não tiveram qualquer remuneração, nem foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

25 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Norma regulamentar nº 15/2009 do Instituto de Seguros de Portugal

a) Política contabilística para reconhecimento da remuneração

Informação incluída na Nota 2.2.7 - Rédito e Especialização dos exercícios.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

	Remunerações (€)	
Por natureza	2011	2010
Numerário	1.673.515	1.720.670
TOTAL	1.673.515	1.720.670

	Remunerações (€)	
Por tipo	2011	2010
Comissões	1.673.515	1.720.670
TOTAL	1.673.515	1.720.670